CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Gonet rejeita levar ao STF apuração sobre filme financiado por Vorcaro

GUSTAVO MORENO/STF

Pedido para levar a investigação ao Supremo foi encaminhado ao ministro Mendonça

■ **O procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifestou contra levar ao STF a investigação da Polícia Civil de São Paulo que envolve a aplicação de recursos do ex-banqueiro Daniel Vorcaro no financiamento do filme Dark Horse, sobre Jair Bolsonaro. Para a PGR, não há elementos suficientes que justifiquem retirar a apuração da Justiça paulista.**

■ A manifestação à qual a coluna teve acesso foi apresentada no STF após a empresária Karina Ferreira da Gama, dona da Go Up Entertainment, produtora responsável pelo filme Dark Horse, pedir que a Corte assumisse o inquérito e todos os procedimentos relacionados. O pedido para levar a investigação ao Supremo foi encaminhado ao ministro André Mendonça.

■ **A defesa de Karina argumentou que a apuração paulista trata, em essência, da aplicação de recursos de Vorcaro no financiamento do longa e, por isso, estaria ligada à Operação Compliance Zero. Os advogados alegaram haver um "indevido fatiamento investigativo" e sustentaram que o caso deveria ficar sob responsabilidade do STF.**

■ Gonet discordou. No documento, a PGR afirma que o inquérito de São Paulo possui delimitação própria e que, até o momento, não foram apresentados elementos probatórios mínimos capazes de demonstrar conexão ou interdependência com as investigações da Compliance Zero.

■ **A Procuradoria acrescentou que as diligências realizadas na operação também não trouxeram fatos novos que justificassem a transferência da investigação. Na avaliação da PGR, os episódios são distintos e não há suporte jurídico para deslocar a competência para o Supremo.**

■ Com isso, Gonet pediu o indeferimento da tentativa de avocação e defendeu que o inquérito e seus procedimentos conexos continuem tramitando na Justiça de São Paulo. A manifestação foi assinada em 24 de setembro.

Moraes rejeita recurso em caso de homem assassinado após acusar magistrada de vender sentenças

■ **O ministro Alexandre de Moraes (STF) rejeitou um recurso do Ministério Público em um caso envolvendo o assassinato de Carlos Manoel Nunes de Carvalho, ex-companheiro da magistrada Margarida Elisabeth Weiler. Antes de ser morto, Carlos havia acusado a então companheira de envolvimento com venda de sentenças.**

■ As acusações foram divulgadas por Carlos em blogs. Nas publicações, ele fazia uma série de afirmações contra Margarida e atribuía à magistrada práticas de corrupção no Judiciário.

■ **Carlos foi assassinado posteriormente, e as circunstâncias do crime passaram a ser investigadas. A apuração chegou à Polícia Federal (PF) e envolveu suspeitas sobre a possível relação entre as denúncias feitas por ele e sua morte.**

■ O caso deu origem a uma longa briga judicial sobre a responsabilização dos investigados pelo homicídio. O Ministério Público recorreu contra uma decisão que havia afastado o prosseguimento da acusação nos termos pretendidos pela Promotoria.

■ **Ao analisar o recurso, Moraes manteve o entendimento adotado anteriormente e rejeitou o pedido do Ministério Público.**

■ Com a decisão, permanece o entendimento que impediu o envio dos acusados ao Tribunal do Júri. O Ministério Público buscava reverter a decisão para que os investigados fossem submetidos a julgamento pelo homicídio.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF

Alexandre de Moraes é ministro do STF

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Sede do Banco Central no DF

Defesa de ex-chefe do BC diz que diretoria monitorava Master diariamente desde 2024

■ **A defesa de Belline Santana, ex-chefe de unidade do Departamento de Supervisão Bancária (Desup) do Banco Central, afirmou à Polícia Federal que a Diretoria de Fiscalização da autarquia monitorava diariamente a liquidez do Banco Master desde dezembro de 2024. O argumento é usado pelos advogados para rebater uma eventual responsabilização individual de Belline pela supervisão da instituição de Daniel Vorcaro.**

■ Em manifestação encaminhada à PF, a defesa afirma que o acompanhamento começou após uma reunião realizada em 3 de dezembro de 2024 para tratar de suspeitas de ilícitos envolvendo o Master. A partir do dia seguinte, relatórios diários sobre a liquidez passaram a ser enviados à supervisão e à diretoria do BC.

■ **Segundo depoimento de Belline citado na peça, o monitoramento foi determinado pelo diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino. Diante disso, a defesa questiona como o Master chegou a ter aproximadamente R$ 4 milhões em caixa antes da liquidação, apesar do acompanhamento diário.**

■ Os advogados também tentam afastar suspeitas relacionadas aos contatos de Belline com Vorcaro. Sustentam que as conversas por WhatsApp faziam parte de suas atribuições de supervisão e não decorreram de "relação pessoal ou interesse particular".